

AS REPRESENTAÇÕES DA VIDA/MORTE EM "O SANTO INQUÉRITO": a identidade resistência/rendição dos cristãos-novos

Prof^a. Ms. Patrícia Conceição Borges Franca Fialho Cerqueira¹ (UNEB/UNIFACS)

Resumo:

Este trabalho pretende analisar a peça O santo inquérito, do escritor baiano Dias Gomes, que tem como enfoque central a perseguição da Inquisição contra a cristã-nova Branca Dias, no século XVIII, o que culminou em sua prisão e execução. No texto em questão, a não aceitação da alteridade se dá em dois planos: a intolerância étnica e religiosa sofrida por Branca, ao ser descoberta sua ascendência; e a intolerância à alteridade de pensamento, visto que ela é considerada uma herege por discordar do pensamento unívoco da Igreja. Os cristãos-novos e os judeus, devido à perseguição do Santo Ofício, assumiam diferentes tipos de identidade ou maneiras de lutar contra a opressão, pois se viam diante de duas escolhas: resistir e morrer na fogueira, ou abjurar, deixando para trás sua identidade e suas crenças.

Palavras-chave: Alteridade, intolerância, cristãos-novos, inquisição, identidade.

Na peça *O santo inquérito*, Dias Gomes traz, fortemente apresentados, temas como a intolerância, a injustiça e, principalmente, o rebaixamento da dignidade humana. Através de personagens como Branca e Simão Dias, podemos verificar a representação da morte/vida – considerada em termos reais ou simbólicos – dos cristãos-novos no seio da sociedade brasileira ainda na época colonial. No texto em questão, os cristãos-novos reagem de diferentes maneiras diante da perseguição: o avô de Branca é símbolo da resistência passiva, da qual uma grande parte dos cristãos-novos ou criptojudeus fizeram parte; Simão Dias, assim como alguns cristãos-novos, abjura e perde sua identidade, o que resultou no “esquecimento” da sua história pela sociedade e cultura brasileira; Branca Dias resiste e, conseqüentemente, é exterminada.

A história da humanidade está cheia de massacres, inúmeras foram as vítimas das guerras religiosas, políticas e da própria Inquisição que, durante mais de três séculos, condenou e matou milhares de pessoas. É dito que se pode abjurar toda uma vida na escolha da morte. Mas, essa afirmação pode ter um duplo sentido, dependendo de como podemos encarar a vida e a própria morte. Nos regimes totalitários, onde são costumeiras as práticas de tortura, viver ou morrer pode ter um significado mais amplo e contraditório do que costumamos imaginar. Por isso Naffah Neto (1985) afirma que “Descrever as múltiplas significações que assumem a Vida e a Morte na situação de tortura implica, já num primeiro lance, considerá-las como intrinsecamente articuladas à estrutura de Poder que circunscreve e configura o espaço em questão,”. (p. 239)

No espaço da tortura, trava-se uma luta crucial, na qual a Vida e a Morte se alternam e mudam de sentidos, que vão desde a dimensão biológica dos termos ‘vida’ e ‘morte’, até a simbólica. A primeira reação do preso é, sem dúvida, a de conservar, de lutar pela própria vida. Branca Dias, em *O santo inquérito*, ao ser aprisionada pela Inquisição, teve o ímpeto de tentar fugir “Mas não... eu não irei... não irei...” (p.66), e tentar negar qualquer culpa: “Houve um equívoco! Não sou eu a pessoa!” (p.67). Mas, em muitos casos, a morte acaba fazendo sua

aparição grotesca e, mesmo quando a vida sucumbe à morte, esta não está presente com um significado apenas biológico. E, nesse sentido, “podemos dizer (...) que as vivências do ser humano estão irremediavelmente marcadas pela Ordem Simbólica que as constitui, (...) onde, é somente pelo seu desdobramento em linguagem que as significações tomam corpo e nitidez.” (NAFFAH NETO, 1985, p. 240)

Na Inquisição, a prática da tortura era o método mais utilizado quando queriam arrancar de alguém “denúncias e confissões”. É o que acontece com Augusto Coutinho, torturado para que acuse Branca, “Mas que espécie de verdade querem que eu diga? (...) Não, podem arrancar-me um braço, uma perna, mas não me arrancarão uma palavra que não seja verdadeira” (p. 85, 86). Ele recusa-se a denunciá-la e, não resistindo, morre.

Gonzaga (1993) nos afirma que a Justiça agia sobre o corpo de alguém de diversas maneiras: pelo recurso processual da tortura, a fim de apurar a verdade; como medida repressiva única ou como providência punitiva acessória, que antecedia à pena de morte; e, por fim, existiram as medidas corporais com finalidade acautelatória. Os castigos físicos eram variadíssimos. O corpo, em todas as suas partes, era alvo de açoites e mutilações. O sofrimento do condenado era algo a ser conseguido.

Devido a isso, ao decidir pela resistência em detrimento à delação/abjuração, o preso superava a “morte/degradação”. Neste caso, o torturado, quando conseguia suportar os castigos, tinha a sensação de que era esta resistência – única arma que ele possuía para continuar lutando – que mantinha sua vida e dignidade. Sobre isto, é fácil concordar com Naffah Neto quando ele afirma: “Muitos prisioneiros, na situação-limite, optam por morrer resistindo. Para eles, o sentido da vida consegue transcender, de forma absoluta, o seu significado biológico e assumir em caráter mais amplo e coletivo o de mediação a outras Vidas.” (1985, p. 243).

Em *O santo inquérito*, Augusto Coutinho assegura que “Por uma causa qualquer, grande ou pequena, alguém tem que sofrer. Porque nem de tudo se pode abrir mão. **Há um mínimo de dignidade que o homem não pode negociar, nem mesmo em troca da liberdade. Nem mesmo em troca do sol.**” (*O santo inquérito*, 1996, p. 90)

Nesse sentido, a vida/morte biológica e vida/morte simbólica se contradizem, pois, para manter a vida/dignidade, muitas vezes, é necessário sacrificar a vida biológica, ou vice-versa. Pois, “... resistir é viver, mas é também, no seu limite, morrer pela Vida. Não-resistir é morrer; sucumbir enquanto ser humano, mas é também manter-se vivo.” (NAFFAH NETO, 1985, p. 242). Simão Dias, o pai de Branca, opta por salvar a própria pele, para se livrar da tortura e da condenação e abjura confessando tudo o que o Tribunal deseja: “**SIMÃO:** É uma loucura pensar que, num momento desses, se possa salvar alguma coisa além da vida.” (*O santo inquérito*, 1996, p. 90)

Branca Dias é condenada a abjurar, entretanto, não se conforma de ser acusada de “crimes” que não cometera, pelo menos, não conscientemente e, incorporando o discurso de Augusto, cria forças para resistir e prefere morrer a perder sua dignidade. Sua morte é real, mas adquire um poder simbólico, pois, através dela, Branca passa a representar algumas centenas ou milhares de pessoas que, como ela, preferiram a morte à abjuração da sua fé ou de seus ideais.

Nesse sentido, analisaremos a representação dos cristãos-novos em *O santo inquérito* a partir do pressuposto de vida/resistência/dignidade ou morte/rendição/negação da identidade, pois aqueles cristãos-novos que se rendiam ao sistema e perdiam sua identidade era como se morressem simbolicamente; contrariamente, aqueles que resistiam, mesmo que morressem fisicamente, conservavam sua dignidade, sua memória e tradições.

Como metáfora de seu povo, Branca resiste e sua morte assume uma simbologia indispensável à manutenção da memória e história deste, pois, aqueles cristãos-novos que não foram mortos pelas chamas da fogueira “santa”, mesmo após um período de resistência passiva, tiveram sua memória, identidade e representações culturais silenciadas e/ou esquecidas, o que corresponde à morte ideológica de toda uma cultura.

O texto é construído em um tempo psicológico, ou seja, não obedece a uma sequência cronológica para compor a narrativa. Sendo assim, somente através dos *flashbacks* é que ficamos a par dos acontecimentos e conhecemos a identidade dos personagens, como ocorre na passagem, na qual, por meio de um diálogo entre Branca e seu pai, logo após uma visita do padre Bernardo ao engenho, ficamos conhecendo a verdadeira origem da família: “**BRANCA:** Por que? O senhor parece preocupado. Teme alguma coisa?/ **SIMÃO:** O temor é um legado de nossa raça./ **BRANCA:** Somos cristãos./ **SIMÃO:** Cristãos-novos, ele frisou bem.” (*O santo inquérito*, 1996, p. 49)

Branca, que até então não tinha consciência de ser uma cristã-nova, através desse diálogo, toma conhecimento de sua identidade. Embora no texto possamos perceber indícios de que a incorporação da nova religião por parte de sua família é superficial e que eles continuaram praticando os ritos judaicos às escondidas.

Para Manuel Castells (1999), a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes. Não se deve confundi-la com papéis, pois estes determinam funções e a identidade organiza significados. A legitimação da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder. “A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. (CASTELLS, 1999, p. 23)

A identidade de resistência, proposta por Castells, a qual é criada por atores em posições subalternas ao poder dominante, cria uma barreira de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes ou opostos à sociedade e que “dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (CASTELLS, 1999, p. 25), este foi o tipo de identidade que marcou o comportamento dos cristãos-novos. Entretanto, para eles, nem sempre foi possível que a identidade de resistência fosse feita de forma declarada, devido à posição na qual eles se encontravam na sociedade portuguesa e, posteriormente, na brasileira. Desta forma, a resistência era feita nos bastidores do teatro social.

O avô de Branca nunca se convertera de fato ao Cristianismo. Como o próprio Simão Dias afirma, ele fora “convertido à força e despojado de todos os seus bens” (*O santo inquérito*, 1996, p. 49) e, “o ódio não converte ninguém” (*O santo inquérito*, 1996, p. 49). Prova disso é que ele passou para sua neta, Branca Dias, de maneira sutil, as tradições e as histórias de seu povo: ao abençoar a menina à maneira judaica: “Quando eu era pequena, ele costumava pôr a mão na minha cabeça e escorregá-la pelo meu rosto, como o senhor fez agora.” (*O Santo Inquérito*, 1996, p. 58); ao falar sobre a história das Escrituras sagradas: “Branca, és mais rica do que a rainha de Sabá” (p. 58); ao pedir que se cumprissem em seu enterro o rito judaico de colocar uma moeda na boca do morto, para que pudesse pagar a primeira pousada no outro mundo; bem como o costume de comer azeitonas durante os velórios. Para o Tribunal, a verificação desses fatos serviu para comprovar os indícios de heresia que pairavam sobre a família de Branca: “Tudo isso quer dizer, Branca, que seu avô, cristão-novo, continuava fiel aos ritos judaicos. E que os praticava em sua própria casa.” (*O Santo Inquérito*, 1996, p. 79). Ele representa, portanto, aqueles cristãos-novos que, não tendo alternativa, resolveram resistir às perseguições de maneira passiva. Estes criptojudéus, muitas vezes, astutamente, escondiam-se

por trás do disfarce de verdadeiros cristãos e, embora aparentemente aceitassem a conversão ao catolicismo, continuavam guardando a lei de Moisés e a fé num único Deus.

A intolerância trouxe para a sociedade brasileira conseqüências funestas. A necessidade de se esconder e de mentir sobre sua própria identidade fazia de grande parte da população pessoas dissimuladas. Anita Novinsky afirma que o cristão-novo “Não aceita o Catolicismo, não se integra ao Judaísmo do qual está afastado há quase dez gerações. É considerado judeu pelos cristãos e cristão pelos judeus. (...) Internamente é um homem dividido...” (NOVINSKY, 1972, p. 162)

No prefácio do livro *A ficção marrana: uma antecipação das estéticas pós-modernas*, a professora Lyslei Nascimento (In FOSTER, 2006) fala acerca da complexa *persona* que é o marrano¹: “A compreensão da figura *ex-cêntrica* do marrano (...) assume, (...), uma espécie de paradigma altamente proveitoso no estudo das imposturas, simulações e deslocamentos da contemporaneidade.” (NASCIMENTO in FOSTER, 2006, p. 7)

Para Foster (2006), “O marrano constitui-se como uma ficção. A peripécia de sua vida estará marcada, desde sua metamorfose inicial, pela multiplicação da sua infinita capacidade de fazer dessa existência uma lógica do simulacro.” (p. 9). O marrano prefigura o homem pós-moderno, descentralizado e com a identidade flutuante. No começo da era moderna, tempo inicial de uma nova história do Ocidente, é possível verificar a existência de uma figura dúbia e esquiva: o marrano. Foster afirma que “sua personalidade entrará em colisão com o projeto de uma modernidade articulada em torno de práticas unificadoras, cuja preocupação principal será silenciar as vozes da diferença.” (2006, p. 10)

O marrano vive uma polissemia camuflada, “a de ser um em muitos, sendo muitos em um.” (FOSTER, 2006, p. 10), representando, desta forma, aquilo que não é e, simultaneamente, sendo o que não pode representar. Para Foster, este é um conflito de difícil resolução, para não dizer impossível, neste árduo esforço por manter uma *judeidade* secreta, faz com que tal indivíduo desenvolva uma identidade sempre “descentrada, itinerante, fugidia, esfacelada, mas intensamente consciente de suas carências e de seus desejos que não deixam de espicaçá-lo.” (FOSTER, 2006, p. 11)

Simular, habitar as passagens secretas de uma cultura tornada invisível, ocupar, ao mesmo tempo, o centro e a margem, falar publicamente de determinada maneira para poder permanecer fiel à palavra sagrada na obscuridade de práticas clandestinas constitui a essência desgarrada dessa figura, (FOSTER, 2006, p. 11)

De acordo com Foster (2006), o que aparece na ficção marrana é a dualidade entre os desígnios do ator-escritor e as aventuras de uma existência que tornará impossível esse desejo. Ele é marcado pela *hybris* de ser secretamente um judeu que tenta se manter fiel à lei mosaica, mas cristianizado em seu exterior, o que acaba de qualquer maneira influenciando no seu comportamento. Foster afirma que “O marrano (...) mostra, com sua existência incompleta e descentrada, com esse habitar, num mesmo ato, o centro e a margem, sendo e não sendo, (...) que o espelho no qual o sujeito se olha não é o de uma consciência auto suficiente, mas o de sua própria cisão.” (2006, p. 14).

¹ Segundo o Dicionário Aurélio, o termo “Marrano” se refere a uma designação injuriosa dada anteriormente aos mouros e judeus que significa indivíduo excomungado, sujo, imundo, porco. (In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0**. Edição eletrônica autorizada a Positivo Informática Ltda. Regis Ltda, 2004.)

A cisão marrana tenta juntar os pedaços fragmentados de identidade e por meio deles criar uma imagem harmônica, idealizada naquilo que se deseja. E nessa busca nasce a experiência traumática que se coloca no seio da vida marrana, “a permanente sensação de desconforto, de estar fora de lugar, de permanecer à margem do jogo, de não ter um rosto definido, de estar em falta.” (FOSTER, 2006, p.), de viver sempre sob suspeita: “O temor é um legado de nossa raça. (...) Eles não confiam em nós, em nossa sinceridade. Estamos sempre sob suspeita.” (*O Santo Inquérito*, 1996, p. 49)

É triste a constatação de que “A arte do simulacro constitui um exercício que definirá, como a nenhum outro personagem histórico, aquele que, insistindo em sua origem, tem que protegê-la negando-a” (FOSTER, 2006, p. 15). Ao usar da dissimulação, o marrano pretendia, ou pelo menos tentava, manter-se fiel a uma identidade original que lhe permitia, pelo menos interiormente, sentir-se em paz com a sua consciência.

No Brasil colonial existiram algumas sinagogas clandestinas. Todavia, seus cultos eram realizados de maneira precária devido à deficiência de conhecimento das leis e cerimônias mosaicas por parte dos conversos, bem como à vigilância a qual estes eram submetidos. Devido à necessidade de sobrevivência neste ambiente hostil, o culto hebraico foi ganhando novos contornos e novas tradições. A participação feminina, que até então fora limitada no judaísmo ortodoxo, ganhou uma nova roupagem no marranismo. A proibição de manifestar sua fé publicamente levava os cristãos-novos/criptojudeus a praticá-la no interior de seus lares, onde a mulher era a principal responsável, ficando assim, para elas, a responsabilidade de passar às gerações futuras as práticas e cerimônias religiosas, tentando garantir, dessa forma, a sobrevivência das suas crenças.

Ângelo Adriano Faria de Assis, nos relata que: “Dentre os cristãos-novos delatados, chama a atenção o significativo número de mulheres, o que aponta para a intensa participação destas como baluartes da resistência judaica no ambiente colonial,” (2002, s/p). Assis afirma ainda que as cristãs-novas apresentaram em terras brasileiras uma resistência passiva e deliberada ao catolicismo, faziam proselitismo recebendo e transmitindo as mensagens orais que influenciavam as gerações mais novas e realizavam um “rabinato” feminino e oral que, embora em alguns aspectos contrariasse a lei mosaica, garantiu-lhe a sobrevivência. Dentre as mulheres que fizeram esse tipo de resistência, podemos destacar as figuras de Ana Rodrigues, na Bahia e de Branca Dias (histórica), em Pernambuco. Esta última veio para o Brasil – fugida da Inquisição Portuguesa, por ter sido denunciada como judaizante pela própria mãe e uma irmã – encontrar seu marido Diogo Fernandes.

A identidade dos cristãos-novos era marcada através dos costumes e dos ritos que eles guardavam, mesmo que secretamente. Alguns traços da cultura judaica como hábitos alimentares, higiênicos e, principalmente, a guarda do sábado, foram, em alguns casos, preservados pelos cristãos-novos. Estes não permitiam que seus escravos trabalhassem no engenho aos sábados, tinham suas lâmpadas limpas e abastecidas de óleo e pavios novos todas as sextas-feiras e preparavam uma comida diferente, uma iguaria de cor amarelada composta de grãos, cebolas e temperos. No entanto, aquilo que eles desejavam tanto guardar, essa essencialidade judaica, foi lentamente contaminada, sofrendo as influências exteriores e modificando-se através das nuances do sincretismo.

Embora tenha havido por parte dos cristãos-novos toda uma preocupação em preservar a identidade judaica, em meio a todas as dificuldades históricas e sociais que ocorreram, houve também uma parcela dessa população que se rendeu ao processo de rendição/conversão à religião oficial. A opressão e a luta pela sobrevivência, em meio a uma sociedade hostil, fizeram com que muitos dos cristãos-novos baixassem suas armas de defesa, e por fim se rendessem ao sistema.

Em *O santo inquérito* é Simão Dias quem dá sinais dessa rendição. Não suportando as pressões e as torturas da Inquisição, Simão decide abjurar, tentando, dessa maneira, evitar o seu relaxamento ao braço secular, bem como maiores prejuízos de ordem material. Ao ser questionado por Branca sobre o motivo de ele não ter ajudado Augusto durante as sessões de tortura, Simão demonstra que se acovardou e não quis se prejudicar para tentar salvá-lo: “Eles têm leis muito severas para aqueles que ajudam os hereges. Eu já estava com a minha situação resolvida, ia ser posto em liberdade...” (*O santo inquérito*, 1996, p. 97). Simão pensou apenas em salvar a própria vida em detrimento da vida de Augusto, quis evitar que sua família e sua reputação ficassem prejudicadas: “Você preferiria que eu morresse também, que tivéssemos todos os nossos bens confiscados ou que fôssemos punidos com uma declaração de injúria até a terceira geração?” (*O santo inquérito*, 1996, p. 98)

Aqueles que eram condenados pela Inquisição, além de perder a vida, tinham todos os seus bens confiscados. “Pena cruel, porque, com ela, ficavam reduzidos à miséria não só o delinqüente, mas também todos aqueles que dele dependiam economicamente.” (GONZAGA, 1993, p. 40). E como se não bastasse, seus descendentes eram proibidos de exercer diversos cargos e profissões. Havia também a chamada morte civil. Com ela o condenado era “transformado” num morto/vivo. Pois, se não lhe era tirada a vida biológica, destituíam-no de todos os direitos civis e, para todos os efeitos jurídicos, ele era tido como um homem/mulher morto.

Pressionados e oprimidos cada dia mais, os descendentes dos cristãos-novos passaram a assimilar não só a nova religião, mas também toda ideologia que essa nova forma de viver trouxe consigo. E, já no século XVIII, podemos encontrar tais indivíduos arraigados no tecido social da população brasileira, lutando de todas as formas para esconder quaisquer vestígios de ‘impureza de sangue’, pois bastava uma gota de *sangue infecto* (descendência judaica) para manchar toda a honra de uma família, como afirma o historiador Evaldo Cabral de Mello em *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*.

Dessa maneira, os descendentes de cristãos-novos foram “obrigados” a destituir-se de sua identidade se quisessem conservar a vida e/ou ascender socialmente, coisa que não seria possível se houvesse ‘defeito de sangue’. Quem não passasse pelo estatuto de limpeza de sangue não teria acesso a nenhum tipo de cargo religioso, militar ou de magistratura. Com isso, os cristãos-novos ficavam relegados à atividade do comércio, o que serviu para cristalizar na memória coletiva a figura do judeu como o comerciante avarento e acirrar o preconceito.

A figura do cristão-novo era dotada de todo tipo de traços morais negativos, o que fazia com que os cristãos-velhos que os denunciasses tivessem a consciência de que estavam prestando um bem à humanidade, livrando-a de um herege. Essa discriminação impiedosa levou-os à negação da própria identidade e chegou a tal ponto que “A atribuição de ancestral cristão-novo criava para quem a fazia inimizades irreconciliáveis e até querelas judiciais suscetíveis de severas penas”. (MELLO, 2000, p. 90). Em *O santo inquérito* essa negação é explicitada através da fala do pai de Branca Dias: “**SIMÃO:** Em primeiro lugar, o homem tem a obrigação de sobreviver, a qualquer preço; depois é que vem a dignidade...” (*O santo inquérito*, 1996, p. 96)

Esta atitude de negação em relação ao seu povo, às suas tradições e costumes contribuiu grandemente para o esquecimento e/ou silenciamento da enorme contribuição que os cristãos-novos deram à cultura brasileira. Pois ao terem sua identidade apagada, tais indivíduos não apenas morreram simbolicamente, como colaboraram com a morte ideológica de toda uma cultura.

Por isso, indivíduos com a postura de Branca Dias foram necessários para que a identidade do seu povo não fosse totalmente banida. E mesmo ante as negações e ao “genealogicí-

dio”² praticado por estudiosos das origens das famílias locais, a fim de tentarem limpar sua origem “impura”, o mito de Branca Dias foi consolidado.

Em seu texto “Memória e esquecimento”, Benedict Anderson discute de que maneira tanto a memória quanto o esquecimento são necessários para a formação da nação. Mostra como fatos que desonram a nação são “esquecidos” propositalmente forçando uma ruptura radical com este passado; bem como, aqueles fatos que são motivos de orgulho ficam gravados na memória. Para Ortiz “A construção da memória nacional se realizará através do esquecimento. Ela é o resultado de uma amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras mais incômodas e menos consensuais.” (ORTIZ, 1994, p. 139). A história de Branca Dias está situada entre a memória e o esquecimento, pois, devido às perseguições e ameaças, seus descendentes foram “obrigados” a “esquecer” suas origens. Contudo, sua fé, coragem e determinação romperam as barreiras do tempo e do espaço para se consolidar na memória coletiva do povo brasileiro.

Em *O santo inquérito*, Branca Dias opta por resistir até o fim, mesmo após ser acusada de heresia, levada ao Tribunal do Santo Ofício e ter sua vida passada por uma verdadeira devassa – na qual toda a sua origem é reconstituída – vindo à tona o fato de que descende de cristãos-novos e de ter seu pai Simão Dias considerado também como herege e seu noivo Augusto Coutinho preso, torturado e morto.

Branca se desespera ante a morte de Augusto e recusa-se a tornar-se cúmplice de seus assassinos, o que a leva a não abjurar, pois se o fizesse estaria colaborando, mesmo que de maneira indireta, com aqueles que levaram Augusto à morte. Para Dias Gomes, este é ao mesmo tempo um “gesto de protesto e também de desespero” (GOMES, 1996, p. 16). Ela não admite dever a vida a quem Augusto deve a morte: “**BRANCA:** Se eu abjurar... o senhor quer que eu seja também cúmplice” (*O santo inquérito*, 1996, p. 99)

A diferença entre o comportamento de Branca e o de Simão Dias é que ela se comporta como uma heroína no sentido clássico, ao contrário de seu pai, que se mostra covarde e não possui a dignidade necessária para encarar a morte como expiação, sendo, portanto, um não-herói. Seu comportamento provoca aversão em Branca e a prepara para enfrentar o sacrifício: “**SIMÃO:** Minha filha, eu compreendo o seu sofrimento. Eu também sinto muito. Mas não é justo que você se volte contra mim. Não foi eu quem matou Augusto. Foram eles. Os carrascos, a Inquisição./ (...)/ **BRANCA:** O senhor é tão culpado quanto eles.” (*O santo inquérito*, 1996, p. 98).

Para Rosenfeld (1996), Branca Dias é uma heroína representativa que tem como características principais: a coragem, o caráter e a dignidade, além de ser engrandecida poeticamente pelo recuo temporal e pelo contexto “mítico-badalesco”. Em certo momento de fragilidade, mostra-se disposta a admitir seus pecados e cumprir a penitência prescrita, mas a morte de Augusto – que não cedeu às torturas, para que denunciasse Branca –, e a reprovação pelo comportamento de seu pai, Simão Dias, que covardemente negou ajuda a Augusto, fazem com que ela mude de atitude e, lembrando-se das palavras do noivo, prefira a morte a ter de abjurar. Ela vai para a fogueira, sem renegar nada e sem de nada se arrepender.

Branca não foi sacrificada em vão, pois, embora a peça mostre que o poder pode vencer pela força, não pode, contudo, destruir os ideais do lutador. Dessa forma, todas as vezes que alguém não negocia sua dignidade, mas luta com todas as suas forças na defesa dos seus ide-

² Mello (2000) diz que Lipiner denunciou o que denominou como “genealogicídio” cometido por Jaboatão, na Bahia, e por Borges da Fonseca, em Pernambuco, consistentes em esconder as reais origens cristãs-novas de linhagens nobres de ambas as capitânias.

ais, é como se Branca Dias ressuscitasse, retomando a variante do arquétipo de morte e renascimento, o que a torna uma heroína atemporal, que pode locomover-se no tempo e no espaço, sem fronteiras. Dessa maneira, ela pode representar todos aqueles que, diante de um poder intolerante capaz de oprimir e deturpar o discurso alheio, lutam por sua liberdade.

Referências Bibliográficas

ALVES, Lourdes Kaminski. As relações opositivas na peça *O Santo Inquérito*: uma aproximação com a tragédia antiga. In: MALUF, Sheila de Ab e AQUINO, Ricardo Bigi de. (Org.) **Reflexões sobre a cena**. Maceió: Edufal, Salvador: Edufba, 2005.

ANDERSON, Benedict. “Memória e esquecimento”. In: ROUANET, Maris Helena (Org.). **Nacionalidade em questão**. Rio de Janeiro: UERJ – IL, 1997, p. 60-97.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial — Nordeste, séculos XVI-XVII. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100004#back1. Acesso em: 15 mar. 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FEITLER, Bruno. Duas faces de um mito. In: *Revista Nossa História*. Ano 1. N. 10. ago. 2004. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

FOSTER, Ricardo. **A ficção marrana: uma antecipação das estéticas pós-modernas**. Tradução Lyslei Nascimento; Miriam Volpe. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GOMES, Dias. **O santo inquérito**. 15 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GONZAGA, João Bernardino Garcia. **A Inquisição em seu mundo**. 3. ed. São Paulo: Sarai-va, 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

NAFFAH NETO, Alfredo. **Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror**. São Paulo: Hucitec, 1985.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-Novos na Bahia – 1624-1654**. São Paulo: Perspectiva, 1972 .

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSENFELD, Anatol. **O mito e o herói no moderno teatro brasileiro**. Coleção Debates. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Autor

¹ **Patricia Conceição Borges Franca Fialho CERQUEIRA, Profa. Ms.**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Universidade Salvador (UNIFACS)

E-mail: patffcerqueira@hotmail.com